

Prioridade perene para a educação

Em solenidade realizada recentemente em Belo Horizonte, o presidente Fernando Henrique Cardoso considerou 1996 o ano da educação. A indicação do ensino como prioridade governamental no presente exercício, surtiu efeitos positivos. O programa para a educação executado pelo governo federal este ano, embora não represente ainda a solução definitiva para uma área fértil em problemas, é, sem dúvida, um dos mais eficientes já efetivados no Brasil. Há muito tempo a educação não ocupava lugar de tanto destaque como notícia na mídia e esperança para muitos brasileiros.

Em 1996, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), vinculada ao Ministério da Educação, distribuiu o número recorde de 110 milhões de livros didáticos aos alunos de escolas públi-

cas de todo o País. Desta vez, além dos estudantes da 1ª à 4ª séries, também os alunos matriculados da 5ª à 8ª séries receberam os livros oferecidos pelo Estado.

A recuperação do ensino, como a solução de outras questões importantes do País, não depende apenas do governo

Esse avanço tornou claro um fato irrefutável: a recuperação do ensino, assim como a solução dos principais problemas do País, não é tarefa de responsabilidade exclusiva do poder público. Trata-se de um desafio que envolve todo o conjunto da

sociedade nacional. No caso dos livros didáticos, o governo contou com algumas parcerias. Os editores, por exemplo, empenham-se – e muito – para atender à encomenda da FAE, respeitando as limitadas condições de preços, prazos e especificações estabelecidas. Foram feitos sacrifícios, concessões e adequações no sentido de viabilizar integralmente o Programa Nacional do Livro Didático, sem onerar ainda mais os cofres públicos e o sistema educacional brasileiro. Esta parceria possibilitou uma resposta eficiente a um dos mais graves problemas brasileiros de forma compatível com a meta de combater o déficit público, funda-

mental para a manutenção da estabilidade econômica.

A prioridade ao ensino, porém, não deve ficar circunscrita a um único exercício e tampouco ter um caráter emergencial. Trata-se de um fator condicionante para o desenvolvimento do País. Não há nenhuma possibilidade de o Brasil ingressar definitivamente no rol das nações desenvolvidas sem solucionar as deficiências do ensino público. Além disso, é preciso considerar que a escola gratuita eficiente é um dos mais fortes instrumentos de democratização das oportunidades.

Por isso, torna-se imprescindível pensar na perenização da prioridade para o ensino. Nesse sentido, o governo já anunciou

que pretende repetir em 1997 a distribuição de 110 milhões de livros didáticos. Essa meta, extremamente positiva e louvável,

O governo repetirá em 1997 a distribuição de 110 milhões de livros didáticos, o que é extremamente positivo

esbarra, contudo, na escassez de recursos financeiros. O Orçamento da União para 1996, que tramita com atraso no Congresso, prevê verba de RS 210 milhões para a compra de livros didáticos. São recursos insuficientes para uma meta tão ambiciosa. Trata-se de um valor absoluta-

mente inviável, que ultrapassa a capacidade de sacrifício e concessão dos editores brasileiros. Tentar um ajuste a esse montante de recursos seria um verdadeiro suicídio para o setor, com consequências graves, entre elas, o aumento do desemprego.

Diante desse quadro, é necessário buscar com urgência uma solução. A mais lógica seria viabilizar novas fontes de recursos que garantissem um aumento da verba. Os editores, mais uma vez, estão absolutamente dispostos a fazer concessões e sacrifícios, analisando junto com os setores competentes do poder público as alternativas capazes de garantir a continuidade do Programa para a Educação, no que concerne ao livro didático.

* Vice-presidente da Associação Brasileira dos Editores. Abre a sessão de abertura da Câmara Brasileira do Livro - CBL.

23 ABR 1997